



# Em defesa da língua portuguesa (II)

[Continuará o português em morte lenta, em terras de África, ultrapassado em cada dia que passa por outras línguas a que os países africanos de expressão portuguesa são obrigados a fazer apelo?

**António Maria Pereira**

5. A DINAMICA QUE IMPOZ O PORTUGUES NA ORGANIZACAO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Como acima dissemos, o objectivo prioritário de conseguir que os textos emitidos pelas grandes organizações culturais internacionais, intencionalmente, cheguem aos Estados africanos de expressão portuguesa, em português, foi conseguido apenas num sector, o dos direitos intelectuais.

O reconhecimento de que os países do Terceiro Mundo só se conseguiram libertar do seu ancestral subdesenvolvimento tecnológico e cultural através da difusão, em massa, de obras intelectuais, levou a OMPI a criação, em Outubro de 1978, do Comité Permanente de Cooperação para o Desenvolvimento em relação com o direito de autor; logo nessa altura o nosso país, solicitou a sua adesão como membro efectivo. Logo, na primeira sessão requereu que um documento de fundamentação importante para os países em desenvolvimento, a Lei-Tipo de Tunes, espécie de modelo de código do direito de autor adaptado às características desses países e coerente com as grandes convenções internacionais — fosse publicada em português, e não apenas, como estava programado, nas línguas de trabalho obrigatórias da OMPI, que são o inglês, o francês, o árabe e o espanhol.

A tradução dessa lei-tipo, bem como do seu comentário foram feitas na Secretaria de Estado da Cultura e a OMPI já anunciou a sua publicação para breve.

Na segunda reunião do Comité Permanente que há pouco se realizou em Genebra, foi anunciado que a OMPI e a UNESCO publicariam dois novos e importantes documentos em intenção dos países em desenvolvimento: um glossário e um manual sobre o direito de autor. Uma vez mais o português havia sido marginalizado, na medida em que apenas se previam versões em inglês, francês e espanhol. De novo Portugal insistiu pela publicação desses documentos em português. Com dificuldade, vencendo as habituais resistências, a bata-

lha foi ganha e estabelecido um consenso geral para a publicação em português desses importantes textos.

As consequências deste esforço são importantes: quando os países africanos de expressão portuguesa decidirem organizar a protecção do direito de autor nos seus territórios — o que, segundo tudo indica, está para breve — não precisarão de fazer apelo a textos estrangeiros, designadamente em espanhol: terão à sua disposição todos os elementos de trabalho necessários, redigidos em português, por portugueses. Quando promoverem cursos sobre o direito de autor, quando organizarem os seus serviços de propriedade literária e artística, quando iniciarem a protecção do seu património intelectual, quando lidarem com outros problemas, fá-lo-ão com base em textos redigidos em português, por portugueses. O português terá passado a ser, para esses países, uma língua sculturalmente necessária.

Simultaneamente foram empreendidos esforços para a realização de um seminário sobre o direito de autor destinado aos países em desenvolvimento de expressão portuguesa, cuja realização está em curso na OMPI.

Foi assim criada, graças a iniciativas decididas nesse sentido, uma dinâmica para o português, no campo do direito de autor, relativamente aos países africanos de expressão portuguesa. Essa dinâmica, se for inteligentemente aproveitada, produzirá os seus frutos em variados sectores culturais ligados à problemática do direito de autor, contribuindo, designadamente, para a difusão do livro e do disco portugueses naqueles países.

## b) NO SECTOR DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Como se sabe, a OMPI concentra os dois sectores dos direitos intelectuais: o direito de autor e os direitos de propriedade industrial.

A dinâmica pela promoção do português na OMPI, relativamente aos documentos destinados aos países em desenvolvimento, foi limitada, durante dois anos, ao direito de autor.

Houve, porém, recentemente, uma tomada de consciência para o problema por parte

dos delegados portugueses a conferência internacional da OMPI sobre direitos de propriedade industrial.

Aconteceu, com efeito, que na reunião do Comité Permanente de Cooperação para o Desenvolvimento no sector da propriedade industrial, que se realizou em Genebra de 13 a 17 de Março, o nosso delegado, eng.º Mota Maia, requereu que o guia destinado aos adquirentes de tecnologias publicado pela UNESCO em intenção dos países em desenvolvimento fosse traduzido em português, proposta esta que foi aprovada pelo delegado do Brasil.

Quando a dois outros documentos igualmente destinados a países em desenvolvimento — um glossário e um manual de propriedade industrial — o nosso delegado do Brasil quem requereu a sua publicação em português, no que foi apoiado pelo delegado português.

Formou-se assim recentemente no campo da propriedade industrial uma frente comum luso-brasileira, que conduziu a publicação em português dos mais importantes documentos destinados aos países em desenvolvimento.

A consequência será que quando os países africanos de expressão portuguesa quiserem adquirir a tecnologia, o «know how» e as patentes de que tanto carecem para a sua arrancada tecnológica poderão aprender como fazê-lo em livros e manuais escritos em português.

Se nos recordarmos do muito que neste aspecto Portugal tem para lhes oferecer, compreenderemos o grande alcance da iniciativa, que, se não tivesse existido, conduziria aqueles países a orientarem-se, de preferência, para tecnologias de outras origens.

## 6. O PORTUGUES EM MORTE LENTA

O direito de autor e os direitos de propriedade industrial são importantes mas têm alcance apenas sectorial. Muitos outros domínios há em que, do mesmo modo, um esforço poderia e deveria ter sido feito, para defender e tornar necessário o português nos países africanos de expressão portuguesa, sem que isso tenha acontecido.

Ainda recentemente, na reunião do Comité Permanente da OMPI atrás referida, o delegado do Senegal informou que numa recente viagem à África havia tomado conhecimento, na Guiné-Bissau, de que este país tinha tentado, inutilmente, conseguir manuais escolares em português, a UNESCO, por seu turno, fez um inquérito às carências destes países e, pelo que se refere a Guiné-Bissau, nele se lê textualmente: «O chefe do departamento do ensino secundário expôs-me a situação do seu país em matéria escolar. Segundo ele, «tudo está por fazer». A Guiné não tem casas editoras, a sua imprensa não fabrica livros. As escolas não têm livros. Tendo optado pela língua portuguesa, e Portugal que deveria satisfazer as suas encomendas de livros, mas acontece que Portugal, ele próprio, carece de livros. As classes primárias e secundárias não dispõem de mais que três ou quatro livros por classe. Os livros que figuram nos programas adquirem-se com dificuldade porque não editados em Portugal. Na maior parte dos casos a edição está esgotada e o custo é extremamente elevado.»

Que espanta, perante isto, que a Guiné-Bissau se decida um dia a optar por outra língua mais útil, que a ajude a resolver os seus prementes problemas culturais?

Esta situação de carência do português é geral para todos os países africanos de expressão portuguesa mas está a agravar-se em Angola, em consequência do esgarço cultural decididamente desencadeado pela União Soviética e por Cuba, através do envio de professores cubanos para esses países para ensinar — em espanhol evidentemente —, os jovens angolanos, os quais são depois acolhidos nas universidades e escolas cubanas, como Francisco Sousa Tavares há tempos denunciou, com a sua habitual e corajosa lucidez, nas colunas da «Capital».

## 7. A PROMOÇÃO DO PORTUGUES NA REUNIAO DA UNESCO EM LISBOA

É neste quadro de apatia e renúncia a responsabilidades históricas que a recente reunião da UNESCO, em Lisboa, representa um marco de esperança na medida em que,

pela primeira vez, a importância da utilização do português por essa organização foi frontalmente assumida em todas as suas consequências.

Logo na sessão inaugural o ministro dos Negócios Estrangeiros, Sá Machado, deu a tônica da promoção do português, ao exprimir-se, pela primeira vez na história da UNESCO, na nossa língua. No seu discurso o ministro recordando que o português é actualmente falado por mais de 150 milhões de homens nos mais variados pontos da terra insistiu por que a UNESCO atribuisse à língua portuguesa a importância que lhe corresponde, incrementando a sua utilização no futuro.

Pelo meu lado, ao ter a honra de, como chefe da delegação portuguesa, ser eleito para a presidência da reunião, repeti o que insistentemente tenho vindo a fazer desde que represento Portugal em conferências internacionais sobre o direito de autor na OMPI e na UNESCO: recordei a importância do português como grande língua universal e requeri que todos os documentos produzidos e circulados na reunião, bem como a recomendação final, fossem emitidos em português. Assim aconteceu pela primeira vez na história da UNESCO.

A consequência será que quando esses países quiserem providenciar para a preservação e protecção do seu riquíssimo património cultural e recorrerem para isso as recomendações da UNESCO, não terão que utilizar textos em espanhol, como teria acontecido se a iniciativa da publicação das recomendações finais em português não tivesse sido tomada. Uma vez mais o português passará a ser para eles uma língua útil.

Mas a dinâmica de promoção do português continuou: logo no terceiro dia da conferência, o Ministério dos Negócios Estrangeiros informou publicamente que estão em curso diligências tendentes a tornar o português umas das línguas oficiais da UNESCO, tendo os serviços competentes do MNE dado instruções nesse sentido à nossa embaixada junto daquela organização.

(Continua no próximo suplemento)